



CONTEXTO

O tema Cidades Resilientes foi inserido no Plano Tático 2020/2021 da CGU com o objetivo de verificar em que medida os municípios e estados estão preparados para lidar com os desastres naturais, tendo em vista a recorrência de mortes e prejuízos financeiros no Brasil e no mundo. Assunto que ganhou relevância em virtude da campanha Construindo Cidades Resilientes promovida pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos e Desastres.

Tal campanha aborda questões de governança local e risco urbano, a fim de ajudar os governos locais a reduzir os riscos e aumentar a resiliência em áreas urbanas por meio da incorporação das diretrizes estabelecidas, inicialmente no Marco de Ação de Hyogo (2005-2015) e posteriormente no Marco de Sendai (2015-2030).

O Marco de Sendai foi firmado, em março de 2015, durante a Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres, e o Brasil está entre os 187 países que assumiram o compromisso de redução do risco de desastres e com o aumento da resiliência a desastres. Além disso, a temática Cidades Resilientes está inserida no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do qual o Brasil também se compromete a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (Objetivo 11).

Nesse mesmo sentido, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que foi instituída pela Lei nº 12.608/2012, determinou aos Entes Federativos a adoção de medidas para a redução de riscos de desastre.

Os compromissos assumidos pelo Brasil, além das determinações legais impostas pela Lei 12.608/2012, deixa claro a necessidade dos Entes Federativos, principalmente os Entes Municipais, que são os que mais sofrem com os danos e prejuízos causados pelos desastres, de se prepararem adequadamente para o enfrentamento das situações de desastres minimizando seus efeitos.

CIDADES RESILIENTES

Não só o Brasil, mas o Mundo tem sofrido cada vez mais com os desastres, sejam naturais ou não, tanto em termos econômicos como sociais. Segundo o Manual para Líderes do Governo Local, da ONU, as catástrofes causam uma perda anual de 314 bilhões de dólares no território, diminuindo os ganhos no desenvolvimento dos países afetados e prejudicando a perspectiva de alcançar o desenvolvimento sustentável. A avaliação realizada no tema Cidades Resilientes tem a oportunidade de atuar não só na prevenção de perdas financeiras, mas principalmente social, evitando mortes e danos à população.

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Levantar informações visando realizar um diagnóstico de como alguns municípios estão se preparando para se tornar mais resiliente aos desastres naturais e com isso ajudar os entes a identificarem os maiores gargalos e principalmente divulgar as boas práticas verificadas

ESCOPO DA AVALIAÇÃO

2021
(janeiro - dezembro)

ABORDAGENS

Aspectos de governança nas regiões metropolitanas

Aspectos operacionais nos municípios atingidos por desastres de forma recorrente

UNIDADES GESTORAS ENVOLVIDAS

- Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MDR)
- Prefeituras dos municípios avaliados

DIAGNÓSTICO NUMÉRICO

37 municípios avaliados

10 unidades de Controle Interno

executaram auditorias relacionadas ao tema

Abordagem Governança

5 municípios

de regiões metropolitanas **demonstraram** estarem se preparando adequadamente para se tornarem **mais resilientes aos desastres naturais**

6 municípios demonstraram uma política ainda incipiente na gestão de riscos
(incluindo 3 capitais)

Abordagem Operacional

2 municípios avaliados

avaliados **demonstraram** estarem se preparando adequadamente para se tornarem **mais resilientes aos desastres naturais**

17 municípios avaliados demonstraram uma **gestão incipiente** ou **em desenvolvimento** sobre os **riscos de desastres**, sendo **quatro municípios em situação mais crítica**

ABRANGÊNCIA

Abordagem governança

Brasília/DF, Goiânia/GO; Aparecida de Goiânia/GO; Senador Canedo/GO; Belo Horizonte/MG; Contagem/MG; Porto Alegre/RS, São Sebastião do Cai/RS, São Jerônimo/RS, Eldorado do Sul/RS, Montenegro/RS; Recife/PE, Vila Velha/ES; São Paulo/SP; Campina/SP, Salvador/BA, Belém/PA e Ananindeua/PA

Abordagem operacional

Alemquer/PA; Óbidos/PA; Monte Alegre/PA; Cachoeira do Sul/RS; Cristal/RS; Esteio/RS; Parobé/RS; Montenegro/RS; Laurentino/SC; Papanduva/SC; Blumenau/SC; Xanxerê/SC; Agrolândia/SC; Agronômica/SC; Alfredo Wagner/SC; Angelina/SC; Brusque/SC; Rio do Oeste/SC; e Rio do Sul/SC

AVALIAÇÃO

ABORDAGEM: AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS DE GOVERNANÇA NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Objeto Avaliado

Foram selecionados, para avaliação, 18 municípios de 10 regiões metropolitanas, considerando aspectos da relevância dos municípios, dentro da região metropolitana, e da capacidade operacional das equipes de auditoria. O objetivo dessa abordagem foi fazer um diagnóstico de como os municípios da Região Metropolitana selecionada estão se preparando para se tornar mais resiliente aos desastres naturais, com foco na avaliação de aspectos de governança considerados essenciais segundo o manual elaborado pelo o Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Catástrofe (UNISDR), tais como: Organizacional e Liderança; Capacidade Institucional; Envolvimento Social; Financeiro; Planejamento e Preparação; Transparência e Gestão Eficiente.

O que foi encontrado

Das análises realizadas constatou-se que, na maioria dos municípios avaliados, é preciso realizar melhorias em pontos relevantes da governança, dentre as quais destacam-se:

- O aumento da compreensão sobre os riscos de desastre;
- O fortalecimento da capacidade financeira;
- A existência de instrumentos de planejamentos atualizados e testados;
- A criação de uma estrutura organizacional com forte liderança e que permita a articulação e a integração entre os diversos atores da política;
- O envolvimento da comunidade na política de gestão dos riscos de desastres;
- A melhora na transparência e divulgação das informações relacionadas à gestão dos riscos de desastres.

Como boas práticas nas avaliações realizadas foram destacados cinco municípios que demonstraram estarem se preparando adequadamente para se tornarem mais resiliente aos desastres naturais: Salvador, São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Contagem.

Recomendações da CGU

Foi recomendado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC / MDR, órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpedec e representante do Governo Federal na Campanha Cidades Resilientes, que:

- Apresente um plano de ação (com tarefas/atividades, metas, prazos e responsáveis) contemplando, ao menos, medidas efetivas e estruturantes, com o objetivo de:

1. estimular o fortalecimento dos estados, Distrito Federal e municípios no desenvolvimento da cultura de resiliência e na redução do risco de desastres;
2. fomentar a discussão, no âmbito do Sinpedec, com a finalidade de promover a compreensão das percepções dos riscos de desastres, de maneira a ampliar e propiciar a coordenação entre estratégias destinadas ao fortalecimento da cultura de resiliência;
3. estimular a participação dos entes municipais na Campanha Cidades Resilientes, bem como na priorização dos compromissos assumidos na referida Campanha.

Providências dos gestores

Os gestores apresentaram o Plano de Ação recomendado.

Próxima etapas do trabalho da CGU

Avaliação do Plano de Trabalho apresentado pela Sedec/MDR e acompanhamento do desenvolvimento das atividades propostas no documento.

Referência: [Relatório de Avaliação nº 904185](#)

ABORDAGEM: ASPECTOS OPERACIONAIS NOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR DESASTRES DE FORMA RECORRENTE

Objeto avaliado

Foram selecionados, para avaliação, 19 municípios de 3 estados, com base, principalmente, no histórico da quantidade de desastres ocorridos (nos últimos 8 anos) e reconhecidos (declaração de urgência ou calamidade) pela SEDEC e na capacidade operacional das equipes de auditoria.

O objetivo dessa abordagem foi fazer um diagnóstico de como os municípios, que tem histórico recorrente de desastres, estão se preparando para se tornar mais resiliente aos desastres naturais, com foco na avaliação de aspectos operacionais considerados essenciais segundo a Lei 12.608/2012 e o manual elaborado pelo o Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Catástrofe (UNISDR), tais como: Gestão; Financeiro; Planejamento e preparação; e Envolvimento Social.

O que foi encontrado

Das análises realizadas constatou-se que, na maioria dos municípios avaliados, é preciso realizar melhorias em aspectos essenciais para minimizar os riscos de novos desastres, dentre as quais destacam-se:

- O aumento da gestão sobre os riscos de desastre;
- O fortalecimento da capacidade financeira;
- A existência de instrumentos de planejamento adequados e que envolvam não só ações de prevenção e redução de desastres, mas também de resposta e recuperação;
- A preparação da comunidade envolvida nas áreas de riscos de desastres;
- O fortalecimento da participação social por meio do incentivo à criação dos Conselhos relacionados ao tema e dos Núcleos de Defesa Civil - NUDECs.

Como boas práticas nas avaliações realizadas foram destacado, em especial, dois municípios avaliados que demonstraram estarem se preparando adequadamente para se tornarem mais resiliente aos desastres naturais: Blumenau e Brusque em Santa Catarina.

Recomendações da CGU

Nesta abordagem não foram feitas recomendações ao gestor.

Referência: [Relatório de Avaliação nº 904187](#)

PROGNÓSTICO DA CGU

Os resultados das avaliações realizadas, na abordagem governança, demonstraram necessidade de melhorias em aspectos relevantes da governança em função, principalmente, da falta de priorização do tema em alguns municípios, bem como indicaram que, em geral, aqueles municípios participantes da Campanha Cidades Resilientes estão mais preparados para enfrentar os possíveis desastres.

Na abordagem operacional, os resultados das avaliações realizadas demonstraram necessidade de melhorias em aspectos essenciais para minimizar os impactos dos desastres que já são recorrentes naqueles municípios. Tal situação decorre principalmente da estrutura precária dos órgãos de Defesa Civil, que são os responsáveis pelas ações de resiliência nos municípios fiscalizados.

Para que os entes municipais se tornem mais resilientes aos desastres naturais, é necessário que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC / MDR, órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpedec e representante do Governo Federal na Campanha Cidades Resilientes, adote medidas efetivas e estruturantes, com o objetivo de: i. estimular o fortalecimento dos estados, Distrito Federal e municípios no desenvolvimento da cultura de resiliência e na redução do risco de desastres; ii. fomentar a discussão, no âmbito do Sinpedec, com a finalidade de promover a compreensão das percepções dos riscos de desastres, de maneira a ampliar e propiciar a coordenação entre estratégias destinadas ao fortalecimento da cultura de resiliência; iii. estimular a participação dos entes municipais na Campanha Cidades Resilientes, bem como na priorização dos compromissos assumidos na referida Campanha.